

Golpe

O processo parlamentar que se conclui com o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff foi definido por muitos como golpe, um golpe de Estado não realizado pela força das armas, mas pelos trâmites do parlamento. Essa definição é dura demais, mas não é nenhuma novidade na história republicana do Brasil. Nestes 125 anos de República, a democracia tem sido algo muito frágil — para não dizer até acessório — dentro do contexto social e político brasileiro, protagonizado por elites que querem tão-somente ter os poderes públicos a seu serviço. Não se esqueça de que a própria instauração do regime republicano se deu também por causa de uma significativa reforma social que descontentara as elites de então: a abolição da escravatura.

A democracia ressurgiu no Brasil com a promulgação da Constituição de 1988. Em menos de 30 anos, a vontade expressa pelo voto popular foi ultrajada pela maioria dos parlamentares das duas casas do Congresso Nacional brasileiro. É verdade que já houve outro impedimento presidencial em 1992, mas naquele caso a responsabilidade do Chefe de Estado era patente e, mesmo tendo renunciado, o presidente de então padeceu as consequências do impedimento: ficou inelegível por oito anos. No caso de Dilma Rousseff, houve a cassação de seu mandato, mas seus plenos direitos de cidadã republicana mantiveram-se intocáveis, explicitando mais ainda a motivação marcadamente política – e não apenas jurídica — do processo de impedimento, pois, segundo peritos do próprio parlamento, não havia comprovação dos crimes de que a mandatária do governo era acusada.

A sessão plenária da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2016, que votou afirmativamente pelo impedimento de Dilma Rousseff, tornou evidente a baixa qualidade humana e política da maioria dos parlamentares brasileiros: seus interesses se caracterizam pelo egoísmo em nível pessoal, familiar, corporativo e ideológico, sem nenhum apreço ao bem de todos os brasileiros. Depois dessa data, foi instalado um governo interino e o processo passou ao Senado Federal. Nesta casa, percebeu-se certa melhora no nível das discussões, mas a presidenta foi afastada em 31 de agosto de 2016 e o governo interino passou a chefiar plenamente o Poder Executivo na República brasileira.

O processo de impedimento do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff não se deu em discussões a portas fechadas, apenas com a presença de parlamentares e membros do Poder Executivo. Vale a pena lembrar as grandes manifestações de rua organizadas e realizadas por setores abastados da sociedade brasileira, com ampla adesão da classe média, segmento social mais atingido pela forte crise econômica pela qual o país e o mundo têm passado. Outro setor descontente com o governo impedido foram as mídias tradicionais. Neste ponto, as corporações detentoras de um quase monopólio dos veículos de comunicação de massa funcionam praticamente como um poder a mais no funcionamento do Estado republicano. Porém o motor que mobiliza a ação cultural dessas corporações pode ser assim resumido: seu próprio crescimento econômico e o crescimento econômico de seus clientes, isto é, outras grandes corporações financeiras.

O impedimento da Presidenta Dilma deu-se conforme todos os passos de um ritual democrático, mas não houve o elemento mais importante da democracia: a participação da população através do voto direto. Foi com este voto que, em 2002, foi eleita uma coalizão de centro-esquerda liderada pelo Presidente Lula, que ficou no poder por dois mandatos, completando oito anos no Poder Executivo da República. Em 2010, a mesma coalizão elegeu Dilma Rousseff, que estava no seu sexto ano no poder. Daí que se contabilizam quase 14 anos de uma orientação governamental que vinha mudando o rosto social e econômico do Brasil. O país da “casa grande & senzala” ganhava ares de nação adulta e soberana no cenário internacional, assumindo um papel de protagonismo em nível latino-americano e formando um conjunto independente com outras nações emergentes no planeta. Em nível de política interna, os programas de emancipação social reverteram patamares jamais transponíveis pela histórica desigualdade social brasileira e, também, foi incrementada uma política econômica marcada pelo desenvolvimentismo.

O quadro político que desembocou no impedimento da Presidenta Dilma significou o rompimento da coalizão de centro-esquerda que reunia principalmente duas legendas partidárias: PT e PMDB. Com a ascensão do novo governo assistiu-se à volta do PSDB ao Poder Executivo através de sua aliança com o PMDB. Lembre-se que aquele partido nascera em 1988 de uma dissidência deste. Os novos mandatários do Poder Executivo empossados sem a legitimidade das urnas ganharam, portanto, um perfil de governo de centro-direita, com os piores atributos que a direita possui dentro do contexto brasileiro: machismo, moralismo e manutenção do status quo das elites. Neste sentido, estão em trâmites no parlamento brasileiro reformas constitucionais que significarão perdas de direitos em nível individual e coletivo, em setores como a previdência, a saúde, a educação e os povos indígenas.

De Roma, o Papa Francisco acenou para este quadro lastimável da realidade brasileira na manhã do dia 3 de setembro de 2016 — passados

apenas 3 dias da instauração no novo governo brasileiro e a 4 dias do feriado do dia da Pátria brasileira. A fala do pontífice teve lugar durante a inauguração de um monumento dedicado a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, nos Jardins do Vaticano. Relembremos na íntegra as poucas —mas contundentes— palavras do papa naquela ocasião: “Apraz-me que a imagem de Nossa Senhora Aparecida esteja nos Jardins. Em 2013 prometi que teria voltado este ano, isto é, no próximo ano: não sei se será possível, mas pelo menos tenho-a mais perto, aqui. Convido-os a rezar a fim de que Ela continue a proteger todo o Brasil, o povo brasileiro, neste momento triste; que proteja os mais pobres, os descartados, os idosos abandonados, os meninos de rua; que ampare os descartados e os que estão nas mãos dos exploradores de todo tipo; que salve o povo com a justiça social e com o amor de Jesus Cristo, seu Filho. Peçamos com amor por todo o povo brasileiro, que Ela, Mãe, abençoe. Foi encontrada pelos pobres trabalhadores: que hoje seja encontrada por todos, de modo especial por aqueles que têm necessidade de trabalho, de educação, por quantos estão privados de dignidade. Rezemos juntos: Ave Maria...”

Foi também a reorientação do Poder Executivo brasileiro que despertou em adolescentes e jovens pelo Brasil afora uma série de manifestações. Se todos os segmentos da sociedade brasileira assistiram ao ritual de impedimento com quase total pacifismo, houve a exceção desses jovens e adolescentes. Eles saíram às ruas e ocuparam mais de 1.000 prédios de escolas de ensino médio e universidades. A mídia tradicional praticamente ignorou essa ação dos estudantes, talvez sob a alegação de que tais ações não foram relevantes, se se pensa no número total de estudantes e prédios escolares do Brasil. Mas esse movimento alimenta a esperança de que os ideais de uma sociedade democrática, igualitária e justa empolgam e entusiasмам muitos jovens brasileiros. Os jovens que ocupam as escolas demonstram estar dispostos a lutar por um Brasil sem excluídos.

Essa esperança ganha mais sentido quando se pensa na ascensão de posicionamentos totalmente opostos também advindos de setores da juventude. É lamentável o crescimento entre jovens de uma agenda de extrema direita que, entre outras coisas, postula a volta de um governo ditatorial militar (de direita, é claro); intolerância política, religiosa e sexual; ódio aos pobres e a políticas públicas em prol da ascensão social dos pobres. Constatar a existência de tal agenda deveria alarmar os vários segmentos e instituições sociais, no sentido de refletirem sobre os próprios fundamentos de seu ethos cultural. Mas a simples reflexão não será suficiente. É mister agir em vista de uma consciência cada vez mais ampla de indivíduos e sociedades de que a história humana deu passos e conquistou saberes que não admitem retrocessos.

Neste sentido, os fatos que levaram ao impedimento de Dilma Rousseff como chefe do Poder Executivo da República brasileira, oferecem ocasião para que todos — indivíduos, sociedades e instituições brasileiras — se irmanem na ação em prol do Estado democrático de Direito, o qual

exige cotidianamente um compromisso pela sua manutenção, avanço e progresso. Não se esperem heróis individuais para a consolidação da democracia no Brasil. Constrói-se a democracia com a ação conjunta e ampla que envolve todo o povo consciente de formar uma mesma nação.

Delmar Cardoso
Editor